

**IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS NO  
COTIDIANO DE FUNCIONÁRIOS DE BIBLIOTECAS PARTICIPANTES DO  
PROJETO DE EXTENSÃO BIBLIOTECAS EM REDE**

*Teresa Mary Pires de Castro Melo*  
*Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR*  
*tpcmelo@gmail.com*

Recebido em: 26/07/2016  
Aceito em: 11/01/2017

*Paulo Pistili*  
*Graduado em Pedagogia*  
*Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Tecnologia, Cultura e Sociedade – NEPETECS*  
*paulo.pistili@gmail.com*

*Elifaz Candido*  
*Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)*  
*elifaz.candido@gmail.com*

## **Resumo**

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o impacto das políticas públicas para bibliotecas no cotidiano de funcionários de bibliotecas, realizada no contexto do projeto de extensão Bibliotecas em Redes (2013-2014), uma cooperação técnica entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP). O projeto foi implementado em seis bibliotecas públicas da região da Grande Aracaju, no estado do Sergipe, como parte de uma estratégia para implantação de uma política pública que envolve a formação de pessoal de bibliotecas, com o objetivo de promover a ativação de uma rede para integração entre os profissionais que trabalham nas bibliotecas participantes e, assim, melhorar a comunicação e o atendimento à comunidade. A partir desse contexto, o principal objetivo desta pesquisa foi verificar de que maneira as políticas públicas relativas às bibliotecas impactavam o cotidiano dos trabalhadores desses espaços, qual a concepção de política pública dos trabalhadores participantes do projeto e como se dava o acesso à informação sobre essas políticas. Como metodologia, mesclamos a revisão bibliográfica do tema, entrevistas com profissionais das bibliotecas e a observação participante. Finalizamos este artigo apresentando as potências e os desafios presentes nesta temática.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública. Políticas Públicas. Acesso à informação.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa realizada no contexto do projeto de extensão universitária Bibliotecas em Rede (2013-2014), presente em seis bibliotecas do estado de Sergipe. Sendo

uma cooperação técnica entre a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)<sup>1</sup>, o projeto

<sup>1</sup> Cabe esclarecer que, em 2014, o SNBP passou a integrar a estrutura organizacional do Ministério

teve como principal objetivo a ativação de uma rede para integração entre os profissionais que trabalham nas bibliotecas participantes e, assim, melhorar a comunicação e o atendimento à comunidade. Essa iniciativa se configura como uma estratégia para a implantação de políticas públicas no setor da cultura que envolvam a formação de pessoal de bibliotecas, a ampliação do diálogo entre os funcionários das bibliotecas públicas e a comunidade, além da articulação e partilha de conhecimento entre universidades.

A partir da utilização de metodologias de ativação de redes entre trabalhadores das bibliotecas, constituiu-se um projeto-piloto cuja base teórico/metodológica poderá servir de sustentação à implementação, em âmbito nacional, de outras redes entre bibliotecas. Por meio dessa parceria, foram evidenciadas possibilidades de integração das bibliotecas com a comunidade em seu entorno e também uma integração das próprias bibliotecas entre si. O projeto entendia que ativar redes entre trabalhadores de um determinado serviço público estivesse atrelado à participação desses trabalhadores nas elaborações e efetivações das políticas públicas do setor.

Dentro desse contexto, os estudantes da UFSCar participantes do projeto propuseram-se a verificar, por meio de uma pesquisa, de que maneira as políticas públicas relativas às bibliotecas impactavam o cotidiano de trabalho desses espaços. Como metodologia, mesclamos a revisão bibliográfica do tema, entrevistas com profissionais das bibliotecas participantes e a observação participante, uma vez que os estudantes participaram de todas as ações do projeto: planejamento, implementação e avaliação.

Tais ações envolveram encontros entre trabalhadores de seis bibliotecas das cidades de Aracaju, Barra dos Coqueiros e São Cristóvão, no estado do Sergipe,

utilizando estratégias de conversação e de experimentação, partilha de práticas e articulações entre as instâncias responsáveis pelas políticas em bibliotecas, além de adensamento conceitual sobre as políticas às quais as bibliotecas encontravam-se ligadas.

Assim, temas como o SNBP, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e a Biblioteca como Equipamento Cultural foram levados por especialistas e debatidos. Esses momentos trouxeram à discussão do grupo: a relevância das bibliotecas na ação cultural no cenário brasileiro; a diferença entre a biblioteca e os espaços escolares; o papel político da biblioteca com a comunidade e instituições parceiras; a importância do mapeamento da comunidade e do território em que está inserida; a perspectiva de política inclusiva, participativa, diversa e de reconhecimento de todas as manifestações culturais; a importância da criação dos planos estaduais e municipais de livro e leitura como uma força para colocar as bibliotecas dentro da política de cultura em seus territórios, assim como dos sistemas municipais e estaduais de bibliotecas públicas. Para repensar e/ou aperfeiçoar as práticas nas bibliotecas, foram oferecidas oficinas de organização de acervo e de mediação de leitura (MACHADO; MELO; VALENTIM, 2014).

Durante o projeto, foram realizadas duas pesquisas: uma com usuários das bibliotecas sobre suas expectativas e outra com trabalhadores sobre os impactos que as políticas públicas do setor tinham no seu cotidiano de trabalho. Os resultados desta segunda pesquisa encontram-se reunidos neste artigo, o qual se inicia com uma breve revisão de conceitos de políticas públicas e das questões relacionadas às bibliotecas, livro e leitura no Brasil, para então culminar na apresentação de uma análise das entrevistas feitas com funcionários das bibliotecas participantes do projeto,

---

da Cultura, conforme Decreto nº 8.297, de 15 de agosto de 2014.

apresentando as potências e os desafios presentes nessa temática.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÃO CULTURAL NAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

Compreendemos aqui as políticas públicas como estratégias de intervenção governamental – a relação entre Estado e as políticas sociais. Nessa perspectiva, políticas públicas são entendidas como as ações do Estado voltadas a setores específicos da sociedade, com responsabilidade de implementação e manutenção partindo de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes agentes da sociedade. Algumas vezes, no entanto, tais ações recebem apoio da sociedade civil, sendo, portanto, multicêntricas, e não apenas emanadas pelo Estado.

As políticas públicas estão voltadas principalmente à “diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento econômico” (HÖFLING, 2001) e têm sua gênese nos movimentos populares, os quais se iniciaram devido aos conflitos entre capital e trabalho.

A partir dessa visão de política pública, podemos entender o universo das bibliotecas públicas como lócus de implementação de políticas e ações de governo – federal, estadual e municipal – para diminuição das desigualdades e que não se limitam à constituição e manutenção de acervos de livros, mas também trazem o entendimento da função social da leitura enquanto promotora de direitos e da biblioteca como garantia de diversidade de linguagens a serem lidas.

Em uma abordagem complementar, Martins et al. (2014, p. 143) avaliaram que políticas públicas são igualmente espaços de interação e relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, “determinando as informações que devem circular, de que forma as pessoas podem participar, que relações são estabelecidas

e como são construídos os papéis dos governados e governantes”.

Nesse sentido, além de orientadoras de ações, as políticas constituem-se como espaço determinante de comunicação e construção de relações. É nessa instância que se torna possível ativar uma rede já existente em potência entre o equipamento público, suas políticas e o território em que se encontra. A rede, quando ativada e operante, desloca os operadores da política pública em sentido horizontal em interação com seus pares, seus usuários, seus parceiros locais. Esse movimento de dupla articulação – com o sistema e com a rede territorial – empodera as políticas, seus agentes e seus destinatários.

As políticas brasileiras voltadas às ações das bibliotecas públicas enquanto equipamentos culturais estão fortemente ligadas ao Manifesto da IFLA/UNESCO<sup>2</sup> e ao PNLL.

Coletar, organizar, conservar e distribuir informações são funções históricas da biblioteca, a qual, em meados do século XIX, era entendida como um importante suporte para a educação e vista como local de formação permanente, pois, para os jovens e adultos que não mais frequentavam a escola, a biblioteca seria um novo espaço de formação continuada.

Isso explica o entendimento do senso comum sobre a biblioteca como um local fortemente escolarizado, que ao mesmo tempo cumpre seu papel de difusora de informação, mas limita a relação dos sujeitos com a leitura e com o próprio ato de ler em alguns casos, seja por uma estrutura deficiente, por um acervo

---

<sup>2</sup>Consiste em uma parceria entre a International Federation of Library Associations (IFLA), uma organização internacional que representa os interesses de bibliotecas e serviços de informação e seus usuários, e a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), organização fundada após a Segunda Guerra Mundial para contribuir no alcance da paz e da segurança mundial por meio da educação, da ciência, da cultura e das comunicações.

reduzido, ou mesmo por falta de ações que promovam a biblioteca como um espaço público de acesso ao conhecimento e de difusão cultural.

A ideia de uma “biblioteca para todos” teve seu início com a Revolução Francesa, efetivada em países de origem anglo-saxônica e nos Estados Unidos, e sustentada por filantropos capitalistas. Esse modelo de biblioteca, mais tarde, passou a ser administrado pelo Estado (PAIVA; ANDRADE, 2008).

Em 1994, surgiu o Manifesto da IFLA/UNESCO, que definiu diretrizes para o funcionamento e criação de bibliotecas públicas, tendo como premissas a liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos como valores humanos fundamentais, que:

Só serão atingidos quando os cidadãos estiverem na posse da informação que lhes permita exercer os seus direitos democráticos e ter um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória, como de um acesso livre e sem limites ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à informação (IFLA/UNESCO, 1994, *online*).

Partindo desses pressupostos, o Manifesto define biblioteca pública como “o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros”. Nesse espaço, são fornecidas “as condições básicas para uma aprendizagem contínua, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural dos indivíduos e dos grupos sociais” (IFLA/UNESCO, 1994, *online*). São missões das bibliotecas públicas, segundo o Manifesto:

Criar e fortalecer os hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância; Apoiar a educação individual e a auto formação, assim como a educação formal a todos os níveis; Assegurar a cada pessoa os meios para evoluir de forma criativa; Estimular a

imaginação e criatividade das crianças e dos jovens; Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas; Possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo; Fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural; Apoiar a tradição oral; Assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação da comunidade local; Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse; Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática; Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários (IFLA/UNESCO, 1994, *online*).

No que se refere especificamente às diretrizes brasileiras, encontramos no PNLL a seguinte definição de biblioteca pública: “Centro de expressão de cultura, educação e lazer permanente por meio do fomento à criação, fruição, mediação, circulação e difusão de bens culturais” (MARQUES NETO, 2010, p. 91).

Segundo Machado (2010), as políticas públicas voltadas para as bibliotecas públicas eram anteriormente conservadoras e elitistas, com um viés tecnocrático, como foi evidenciado no primeiro Censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado em 2009 e publicado em 2010. Atualmente, a biblioteca pública enquanto equipamento cultural está circunscrita às políticas do Ministério da Cultura. Sua gestão e regulamentação partem do princípio da garantia da cultura como direito de todos.

O SNBP tem por objetivo desencadear ações articuladas com os estados e municípios com vistas à ampliação do número de bibliotecas públicas e à melhoria dos serviços de acesso à leitura e à informação a todos os cidadãos brasileiros (SNBP, 2014).

Em 2006, tivemos o início do PNLL, que está baseado em um conjunto de ações, políticas, programas e projetos que buscam promover o incentivo e a valorização simbólica da leitura e da



literatura, a democratização do acesso ao livro, a formação de mediadores, além de implementação, ampliação e melhorias em bibliotecas do país. O PNLL destaca o importante papel da leitura para o desenvolvimento social, visando formar uma sociedade leitora e compreendendo isso como condição importante para o acesso a serviços e bens culturais necessários a uma vida mais digna, além do fortalecimento econômico do país. Em 2010, o PNLL se fortaleceu como uma política de Estado para o livro, a leitura e a literatura, e, em 1º de setembro de 2011, o Decreto nº 7.559 foi assinado pela presidenta Dilma Rousseff.

O PNLL, respaldado pelo o Manifesto da IFLA/UNESCO, reforça que, por bibliotecas:

Entende-se um espaço adequadamente organizado, com condições de leitura individual e coletiva, acesso a fontes de informação diversas, com acervos próprios para os públicos a que se destinam, condições de acessibilidade para as pessoas com necessidades educacionais especiais, pessoal qualificado capaz de tornar a leitura uma atividade atraente para as diversas faixas etárias (MARQUES NETO, 2010, p. 114).

Essas definições e missões das bibliotecas públicas, entretanto, não se efetivam ao acaso: são fruto de diferentes ações, embates, conflitos e projetos da relação entre a sociedade civil e o poder público em todos os níveis, traduzidos em políticas para o setor. Em outras palavras, é a partir das políticas públicas que o papel social da biblioteca pública se consolida e é convertido em um bem social.

Segundo o Decreto nº 7.559, o PNLL está estruturado em quatro eixos de trabalho e 19 linhas de ação. O primeiro eixo, *Democratização do acesso*, envolve ações como: implantação de novas bibliotecas; fortalecimento da rede atual integradas à comunidade; criação de novos espaços de leitura; distribuição de livros gratuitos em diversos formatos

acessíveis; melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura; disponibilização e uso de tecnologias da informação e comunicação, assim todas as ações devem contemplar os requisitos de acessibilidade. O segundo eixo, *Fomento à leitura e à formação de mediadores*, contempla ações como: promoção de atividades de reconhecimento de ações de incentivo e fomento à leitura; formação de mediadores de leitura e de educadores leitores; projetos sociais de leitura, estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura; sistemas de informação nas áreas de biblioteca, bibliografia e mercado editorial; prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura. O terceiro eixo, *Valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico*, abrange ações para converter o fomento às práticas sociais de leitura em política de Estado e em ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura. O quarto eixo, *Fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro*, envolve ações como: desenvolvimento da cadeia produtiva do livro; fomento à distribuição; circulação e consumo de bens de leitura; apoio à cadeia criativa do livro e incentivo à leitura literária; fomento às ações de produção, distribuição e circulação de livros e outros materiais de leitura, contemplando as especificidades dos novos leitores jovens e adultos e os diversos formatos acessíveis; maior presença na produção nacional literária, científica e cultural no exterior (BRASIL, 2011).

Dentre os eixos de ação presentes no PNLL, destacam-se em relação às bibliotecas e ao projeto Bibliotecas em Rede alguns itens previstos no primeiro eixo, por exemplo:

[...] o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, o fortalecimento e consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – tornando-o realmente um sistema integrado – com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos,

informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos (MARQUES NETO, 2010, p. 51-52).

Trazemos esse detalhamento do PNLL e suas possíveis ações no sentido de reforçar a abrangência de uma política pública para as bibliotecas públicas, tema da pesquisa com os trabalhadores do projeto Bibliotecas em Rede, sobre a qual passaremos a discutir.

### **3 A ENTREVISTA COMO INSTRUMENTO EM UM CONTEXTO DE “CONVIVER-PARA-OBSERVAR”**

Os pesquisadores, alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFSCar-Sorocaba, cumpriram a função de bolsistas do projeto ao participar de todas as fases da pesquisa e conviver com os trabalhadores das bibliotecas e com o grupo gestor do projeto nos momentos de planejamento e avaliação contínuos. Esse lugar como participante a partir desse:

[...] conviver-para-observar situa a observação em uma perspectiva que busca dar visibilidade às contradições e possibilidades de produzir sentidos no processo de pesquisa [...]. Daí que observar, de forma geral, é entendido como o registro do que acontece em volta do/a pesquisador/a, o que requer instrumentos que deem conta desse registro e que sirvam para validar o que o/a pesquisador/a vivencia no decorrer da pesquisa (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 127-128).

Essa possibilidade de observação e convivência propiciou a escolha da entrevista como “apenas mais uma, dentre outras tantas fontes de informação”. No caso específico deste trabalho, o instrumento faz sentido “a partir da combinação de variados elementos que podemos observar no encontro entre entrevistador/a e entrevistado/a”, possibilitando “processos de negociação de sentidos entre o/a pesquisador/a e o/a

entrevistado/a, pois na sua processualidade mantém, transforma e desafia os posicionamentos que vão ocorrendo durante a sua produção” (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 58).

Acompanharemos a seguir as categorias sugeridas por esses mesmos autores para situar a pesquisa realizada:

1) Finalidades da entrevista: verificar de que maneira trabalhadores das bibliotecas participantes do projeto identificavam as políticas públicas de sua área no cotidiano de trabalho. O resultado possibilitaria a análise de repertórios comuns, posicionamentos sobre essas políticas, sentimento de pertencimento aos sistemas de sua proposição e execução, possíveis interfaces entre as políticas e o projeto de ativação de redes.

2) Enquadres: o instrumento foi elaborado de maneira semiestruturada, cujas perguntas-base foram desdobradas durante a entrevista a partir das respostas dos entrevistados. Tal escolha, embora desse maior liberdade de escuta, teria que garantir um conjunto-padrão de respostas para análise posterior, permitindo, entretanto, que fosse “flexível e dinâmica, permitindo a inclusão de outras perguntas, seguindo o fluxo discursivo com base no jogo de posicionamentos e/ou de acordo com o que nosso/a interlocutor/a vai produzindo conosco” (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 62). Para isso, estruturamos seis perguntas com os objetivos de: entender a concepção de políticas públicas de cada funcionário, compreender o impacto das políticas públicas para biblioteca, livro e leitura, e, por fim, entender como se dava o acesso à informação sobre essas políticas públicas.

3) Local, contexto e materialidades: as entrevistas foram realizadas durante um encontro de três dias entre os trabalhadores, nos intervalos das atividades em espaço apropriado e acolhedor. A relação entre os pesquisadores e os entrevistados estava

sendo construída de maneira respeitosa e afável, em um contexto que contrariava as orientações clássicas para “resguardar ou afirmar a neutralidade científica” (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 66). Assim como os autores, “questionamos a existência da neutralidade científica, e a entendemos mais como um instrumento de poder e dominação que oculta ou nega que a ciência é igualmente uma prática social” (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 66). Com autorização dos participantes, gravamos esses momentos em áudio para posterior gravação.

Foram entrevistados dez trabalhadores/as, escolhidos/as de maneira a representar todas as bibliotecas do projeto, assim como as diferentes funções – coordenadores, bibliotecários, estagiários universitários, trabalhadores de nível médio – e formação profissional em biblioteconomia ou não. Esses trabalhadores representaram um terço do total dos então participantes do projeto.

A seguir, apresentaremos as análises das entrevistas.

#### **4 IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSO À INFORMAÇÃO NO COTIDIANO DE TRABALHADORES DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS PARTICIPANTES DO PROJETO BIBLIOTECAS EM REDE**

Dos dez entrevistados para esta pesquisa, seis eram graduados: três em Biblioteconomia e os demais em Letras, História e Música. Dos quatro que restaram, três eram estudantes de Biblioteconomia, e um, de História. Do total, apenas dois eram funcionários públicos concursados, enquanto os demais ocupavam cargos comissionados ou eram estagiários.

As funções exercidas pelos entrevistados eram variadas: contação de histórias, atendimento ao usuário, visita

orientada, organização de acervo, inserção de dados no sistema, direção da biblioteca, administração geral, gestão de pessoal, programação das atividades, captação de recursos e parcerias, suporte à pesquisa, catalogação, documentação sobre a história sergipana, hemeroteca, avaliações, programação de eventos, empréstimo de livros, “um pouco de tudo...”.

O tempo de serviço, a função, o cargo e a formação não foram condicionantes para esta pesquisa, pois as respostas das pessoas foram bastante distintas.

Embora a amostra de entrevistados fosse equivalente a um terço do total dos participantes, não foi nossa intenção proceder a nenhuma análise quantitativa, mas identificar, nas falas, indícios de modos de pensar que estavam na base de atuação desses trabalhadores de bibliotecas públicas, evidenciando, aqui, as negociações de pontos de vista e de versões sobre o tema da pesquisa.

A questão que abriu o diálogo foi a respeito do entendimento de cada um sobre o que eram políticas públicas.

Quanto ao conceito de políticas públicas, encontramos falas com uma visão abrangente: “*É um instrumento por parte do Estado que gerencia tanto a República quanto os estados e os municípios, que tende a melhorar inúmeras questões dentro da esfera política e do sistema público*”; ou: “*Para mim, são ações do governo criadas para o benefício do povo, abrangendo desde as questões básicas até uma melhor saúde*”; e também: “[...] *vejo como uma maneira de gerir algum órgão ou departamento público, livre, e que haja interação entre as partes*”.

No entanto, na maioria das respostas, o conceito de política pública esteve extremamente ligado a uma visão local de política, compreendida como política de governo, e não como política de Estado, o que ficou evidente na fala de outro entrevistado: “*Há um desencontro político, porque, como geralmente o*

*governo federal não é o mesmo do governo estadual ou do governo municipal, há sempre uma dificuldade maior*". Essa fala se complementa com a questão da descontinuidade de ações da gestão local e da própria equipe, como citou outro entrevistado: *"Há uma descontinuidade de ações e descontinuidade de pessoal, então a gente não tem visto isso muito presente por conta do que prevalece mais é a política em si"*.

Houve também, entre alguns entrevistados, uma concepção ainda não formada sobre políticas públicas, que, em alguns momentos nas falas, confundiu-se com regras e procedimentos: *"Serve para que a pessoa tenha um trabalho e que faça seu trabalho direito"*; ou o modo de a administração fazer a gestão: *"Os gestores públicos tão ridicularizando o que é política pública, porque, assim, o que eu entendo é uma maneira de gerir algum órgão ou departamento"*. Outros, ainda, revelaram desconhecimento: *"Na verdade, eu acho nada"*, *"eu nunca parei para pensar no assunto"*, *"você agora me pegou"*, *"eu ainda não formulei uma ideia do que seja isso"*.

A palavra "política", fortemente contaminada com a ideia de partido político e gestão pública, esteve presente em muitas falas: *"Difícil você conseguir fazer alguns projetos. Criar até você cria, mas realizar alguns projetos, com falta de recurso, falta de apoio, falta de uma política mais compromissada com isso"*; ou: *"É algo que você pode desenvolver no ambiente em que você está e que tenha uma continuidade, que seja, que não tenha nada ver precisamente com a política em si"*.

Quando perguntados sobre a influência das políticas públicas no seu cotidiano de trabalho na biblioteca, foi possível perceber que esse impacto não existia ou não era perceptível à maioria dos entrevistados.

Novamente a influência da política local esteve presente, especialmente no

entendimento das dificuldades e desafios para o trabalho: *"No meu cotidiano, a gente realmente não tem visto, assim, uma política pública ativa, porque a gente dá conta dessa descontinuidade das ações e descontinuidade de pessoal, então a gente não tem visto isso muito presente por conta do que prevalece mais é a política em si"*; ou: *"A coisa anda meio devagar em relação ao meu trabalho, não percebo muita atividade, não percebo muita ação, não percebo muita preocupação dos administradores com a questão cultural, relacionada à leitura"*.

Houve um sentimento de que as bibliotecas públicas não recebiam a devida atenção das gestões: *"Eu acredito que tenha influência, o que não tem é interesse [...] acho que tudo tem a ver com a política pública mesmo. Se resolverem prestar atenção, olhar com bons olhos, acho que a coisa funciona melhor"*.

A concepção de que cada um "pode fazer a diferença" também esteve presente: *"Então, no meu cotidiano de trabalho é assim, modéstia à parte eu sou uma pessoa que procuro... eu sempre procurei, assim... se tem uma regra pra ser cumprida, não existe isso, vamos dar aquele jeitinho, eu levo pra esse lado, se tem uma coisa, por exemplo"*; ou: *"A gente tem que reconhecer que a gente também poderia fazer muito mais, não só ficar com a cuia na mão pedindo, mas também procurar usar mais o que nós temos, certo? Ao invés de procurar o que não temos, aliás essa é uma coisa que é do ser humano, ele sempre busca o que não tem e esquece de olhar o que tem"*. Também houve quem achasse que as políticas públicas não tinham influência em seu cotidiano: *"Diretamente, não tem nenhuma influência"*.

Se as duas primeiras questões possibilitavam uma explanação mais geral e um olhar para o público, a pergunta sobre quais políticas públicas para biblioteca, livro e leitura eram conhecidas trouxe o tema para o ponto de vista da



atuação como trabalhador dessas políticas. Foi possível observar que, assim como para alguns a concepção sobre políticas públicas estava reduzida às políticas locais – ou simplesmente a não existência delas – ou a regras e padrões a serem seguidos, estava também diretamente relacionada ao desconhecimento de políticas públicas para bibliotecas por boa parte dos entrevistados.

Identificamos na fala de dois entrevistados o conhecimento de algumas políticas públicas como o PNLL, o PROLER e o projeto +Bibliotecas: *“Há um projeto em caráter nacional, vindo pela Fundação Nacional, da Biblioteca Nacional, que é em equipar e organizar junto a mobília e computadores as bibliotecas do país. No nosso caso, foram umas 70 que passaram por esse projeto, que receberam material, computadores. É uma política pública que vejo que no momento é grande, porque muitas dessas prefeituras que a renda já é pouca, ainda na parte da cultura, é mais pouco ainda. Eu acho que nesse sentido acaba dando uma nova cara a biblioteca e dando um lugar mais aconchegante para o usuário... Me desculpe, eu não sei o nome do projeto... não sei se é o +Bibliotecas”*.

E sobre o PNLL: *“Aqui a gente tá tentando é essa do PNLL, que é a única política pública que a gente tem trabalhado em cima dela desde que ela foi criada. Desde 2007 a gente vem trabalhando em cima disso, e tem também as ações do SNBP, também é uma política pública geral... também a gente atua... o PROLER também, mas são coisas mais federais”*.

Nota-se nessas falas uma aproximação ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas, que é responsável pela implementação e difusão de boa parte das políticas, projetos e ações em nível federal e estadual para bibliotecas públicas no país. Na época, o SNBP mantinha cinco projetos: Acessibilidade em Bibliotecas Públicas (2014/2015),

Bibliotecas em Rede (2013/2014), +Bibliotecas Públicas (2013/2014), Tô na Rede (2014/2015) e Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil (2012/2013) (SNBP, 2015).

No entanto, nem todos aqueles trabalhadores se sentiam partícipes do Sistema e cientes de suas possibilidades via editais, por exemplo. Nesse sentido, a escolha de Sergipe como estado a acolher o projeto-piloto do Bibliotecas em Rede mostrou-se acertada, conforme o depoimento: *“Essas coisas aqui pra nós em Sergipe, elas são mais custosas a chegar, tanto que você vê como todo mundo que tá participando desse curso, desse encontro... aliás, como tá todo mundo se sentido motivado, se sentido bem por estar aqui... antes de tudo, isso é porque todas elas estão se sentido prestigiadas”*; ou ainda: *“Então, eu não sei falar, assim, não lembro de nenhuma”, “eu sei que tem, mas não consigo lembrar agora”, “existem, é claro, mas, no pouco tempo que eu estou voltada pra biblioteca [14 meses], não tenho conhecimento”*.

As três respostas anteriores conduziram à próxima pergunta, que, tendo sido elaborada para o roteiro inicial, provocou uma série de importantes desdobramentos: Está ao alcance de todos o acesso à informação sobre políticas públicas?

A provável dificuldade no acesso às informações concernentes às políticas públicas voltadas para a área das bibliotecas públicas – dificuldade esta que esbarra até certo ponto em questões relacionadas à gestão, seja federal, governamental ou municipal – pode ser uma chave de entendimento do baixo conhecimento dos trabalhadores em bibliotecas públicas sobre as políticas ou mesmo ações do setor: *“Falta informação, é essencial, primeiro, quem tem o conhecimento dessas PP e deseja colocar em prática... as pessoas devem informar à comunidade que envolve aquilo tudo, para que daí a pessoa tendo informação daquilo elas possam começar a cobrar. Dependendo disso, as PP se*

*efetivariam de uma melhor forma, mas pra isso a pessoa tem que ter informação. Você não vai comprar o que você não sabe nem se existe”.*

Os trabalhadores entrevistados também reconheceram as questões de informação como dificuldade a ser superada. Mas essa condição não se restringia a essa área, conforme esta fala: [...] *“Assim, tem aquelas pessoas que não se interessam mesmo e tem as pessoas que, como que eu posso dizer, que são destinadas a estarem fora. Assim, tipo, são negadas a ter esse conhecimento, entendeu? Não sei se você consegue entender isso. Tem gente que não tá nem aí pro que está acontecendo no mundo, o que acontece na administração. E tem outras pessoas que têm interesse, mas não sabem o caminho, não sabem como agir. O que fazer para que a saúde melhore no meu município, como devo agir? A quem procurar?”*; ou: *“Tem duas possibilidades, né?! A falta de informação que eu acho que influi muito e eu acredito que a abertura ainda não é para todos. Eu acho que existe uma barreira, falta de conhecimento mesmo. Tem pessoas que não sabem... e se você não sabe que existe algo, você não procura”*; ou ainda: *“Só o profissional dessa área é que tem o acesso. Assim, as pessoas que são leigas não vão saber, não vão entender. Acho que só quem é profissional formado na área é que vai saber”*.

Esses posicionamentos nos remetem ao conceito abrangente de política pública que colocamos no início deste texto enquanto espaço de comunicação e troca: *“Determinando as informações que devem circular, de que forma as pessoas podem participar, que relações são estabelecidas e como são construídos os papéis dos governados e governantes”*.

Mas de quem é a responsabilidade por essa informação? *“Responsabilidade de quem fez, de quem sabe que tem...”*; ou: *“Acho que ação do governo, divulgação em site, mídia”*. Mas quando o trabalhador busca a informação: *“Eu*

*acredito que falte informação, talvez até um esforço de buscar ajuda diretamente com o órgão responsável”*. Ele saberá encontrá-la? *“Sempre olho as coisas no site do Ministério da Cultura e nunca vi nada”*.

## **5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A BIBLIOTECA ENQUANTO LUGAR DE INFORMAÇÃO**

Dentro do processo desta pesquisa, não pretendíamos dar respostas definitivas ou trazer à tona dados quantitativos da situação das políticas públicas para bibliotecas no Brasil, mas, a partir do nosso recorte de espaço e tempo, apresentar a importância da discussão do tema. Afinal, em todo o tempo, novas políticas públicas são pensadas, e, em muitos casos, as camadas sociais que recebem ou aplicam a política pública estão alheias a esse processo de participação – não só como profissionais, no caso de trabalhadores de equipamentos públicos, mas como cidadãos.

Promovendo metodologias de debates e trabalho coletivo, os encontros do projeto Bibliotecas em Rede propiciaram, aos participantes desta pesquisa, experiências diferenciadas de troca de informações. O projeto fez parte de uma política pública de formação de profissionais para atuar em bibliotecas públicas – nesta ótica, a própria concepção de políticas públicas passa a ter uma relação mais próxima com os participantes. Nesse sentido, a ativação de redes – objetivo principal do projeto – mostrou-se um caminho complementar para o entendimento das políticas do setor.

A questão principal que permeia o universo das bibliotecas públicas – e que também se destacou em nossa pesquisa – é em como obter o acesso à informação sobre a existência das políticas para conhecê-las e implantá-las. Esses espaços são fundamentais para o entendimento, divulgação e ações das políticas não

apenas relativas às bibliotecas, mas à cultura em geral.

Esse entendimento baseia-se, em primeiro lugar, no fato de a biblioteca pública ser o equipamento de cultura com mais capilaridade no Brasil, estando presente em 5.570 municípios, segundo dados do SNBP (SNBP, 2014). Essa presença física de um espaço que potencialmente abriga as políticas culturais transforma a biblioteca no local privilegiado de garantia da presença dessas políticas ao alcance da comunidade atendida, ao ser reconhecida como um espaço cultural, e não apenas ‘escolar’.

Em segundo lugar, a importância da biblioteca pública na divulgação de informações sobre políticas públicas culturais se deve pela sua própria natureza, definida como “o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros” (IFLA/UNESCO, 1994, *online*).

Tais informações, no que concernem às diretrizes de sua própria existência, precisam circular, primeiramente, entre os próprios trabalhadores desses equipamentos, em um plano horizontalizado, em que todos e cada um sintam-se esclarecidos sobre o trabalho que realizam, sobre sua importância social e sobre as políticas que os diversos níveis de gestão formulam para que sejam implementadas, avaliadas e modificadas pela ação desses mesmos trabalhadores.

E, por último, a sua importância enquanto locus de reflexão e implantação de políticas culturais, tendo como missões: “promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas”, “possibilitar o acesso a todas as formas de expressão cultural das artes do espetáculo” e “fomentar o diálogo intercultural e a diversidade cultural” (IFLA/UNESCO, 1994, *online*).

Essas definições nos movem a questionar sobre o que dá contorno ao posicionamento do Ministério da Cultura

em relação a esses equipamentos públicos culturais, cuja existência – embora dependente das gestões estaduais e municipais – pode ser ressignificada e empoderada com o fortalecimento dos sistemas e a qualificação dos profissionais – desde a realização de concursos públicos até a capacitação para elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas e a intervenção/participação no poder público, no qual as leis, as ações e os projetos são criados.

Afinal, as políticas públicas têm sido criadas, teoricamente, a partir de amplo debate das categorias profissionais, usuários e demais interessados no tema. Tais debates se dão no interior dos sistemas, em fóruns – pontuais ou permanentes – e em conferências, entre outros mecanismos de participação popular.

As conferências, metodologia participativa que visa possibilitar uma maior presença da sociedade nas ações do Estado, estão sendo amplamente adotadas pelas diversas áreas e trazem, em sua natureza, a oportunidade do debate, elaboração e aperfeiçoamento de propostas de políticas públicas. Embora a efetividade desses instrumentos esteja sendo discutida e estudada, o método de realização prevê abertura para ampla participação dos cidadãos, especialmente os interessados na área.

Foram realizadas três Conferências Nacionais de Cultura a partir de 2005 – ela é quadrienal –, tendo sido a última em 2013, a qual contou com a representação dos 26 estados da federação e do Distrito Federal. Entendemos que as bibliotecas públicas são fundamentais para que seja alcançada a meta estabelecida em 2013 de participação de 100% dos municípios que fazem parte do Sistema Nacional de Cultura na Conferência de 2017.

O acesso à informação sobre essas políticas não está restrito ao suporte ou à tecnologia utilizada para sua divulgação, mas também às estratégias e fluxos que

conectam o trabalhador à política pública em seu cotidiano. É preciso repensar formas de romper as hierarquias governamentais, que, em muitos casos, dificultam a comunicação. A ativação de redes pode ser vista como um caminho que merece mais pesquisas e

experimentações, a fim de efetivá-la como estratégia de desenvolvimento de instituições públicas. A criação e a inserção nos sistemas municipais, estaduais e federal de bibliotecas públicas são igualmente uma ação necessária.

***IMPACT OF PUBLIC POLICIES FOR LIBRARIES IN THE DAILY LIFE OF EMPLOYEES PARTICIPATING IN THE EXTENSION PROJECT BIBLIOTECA EM REDE***

***Abstract***

*The article presents the results of a research on the impact of public policies for libraries on the daily life of library staff, carried out in the context of the extension project Bibliotecas em Rede (2013-2014), a technical cooperation between the Federal University of São Carlos UFSCar) and the National System of Public Libraries (SNBP). The project was implemented in six public libraries in the region of Grande Aracaju, in the state of Sergipe, as part of a strategy to implement a public policy that involves the training of library staff, with the objective of promoting the activation of a network for integration among professionals working in the participating libraries, and thus improve communication and community service. From this context, the main objective of this research was to verify how the public policies related to the libraries impacted the daily life of the workers of these spaces, what the public policy conception of the workers participating in the project and how access was given to information about these Policies. As a methodology, we mix the bibliographic review of the topic, interviews with library professionals and participant observation. We conclude this article by presenting the powers and challenges present in this issue.*

***Key words:*** Public Library. Public Policy. Information access.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 nov. 2011.

CARDONA, Milagros García; CORDEIRO, Rosineide Meira; BRASILINO, Jullyane. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK, Mary Jane

et al. (Orgs.). **A produção de informação na pesquisa social**: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro/RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 31-57.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

IFLA/UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas**, 1994. Disponível em:



<<http://archive.ifla.org/VII/s8/unesco/port.htm>>. Acesso em: 25 out. 2016.

<<http://snbp.culturadigital.br/projetos>>. Acesso em: 25 out. 2016.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto/SP, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010.

MACHADO, Elisa Campos; MELO, Teresa Mary Pires de Castro; VALENTIM, Gustavo Giolo. Projeto Bibliotecas em Rede: bases conceituais e metodológicas. In: SEMINÁRIO DE COMPETENCIA EM INFORMAÇÃO: Cenários e Tendências, 3., 2014, Marília/SP, **Anais...** Marília: UNESP, 2014.

MARQUES NETO, José Castilho. **PNULL: textos e história**. São Paulo/SP: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

MARTINS, Dalton Lopes et al. Políticas públicas de comunicação e dispositivos móveis: algumas reflexões a partir da experiência do SMS Social. In: MELO, Teresa Mary Pires de Castro; MARTINS, Marcos Francisco; MARTINS, Dalton Lopes (Orgs.). **Novos caminhos da inclusão digital: experiências do projeto +Telecentros**. São Carlos/SP: Suprema Gráfica e Editora, 2014. p. 143-164.

PAIVA, Marília de Abreu Martins; ANDRADE, Maria Eugênia Albino. Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006. **Rev. Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 95-114, out./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-99362014000500009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362014000500009)>. Acesso: 25 out. 2016.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS (SNBP). **Projetos**. Disponível em: